



O LEGADO DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES FRENTE A PRECARIZAÇÃO: APROXIMAÇÕES SOBRE AS EXPRESSÕES DA LUTA DE CLASSES

Eliomar Araújo de Sousa ¹
José Rafael Barros de Moraes ²
Iana Jessica Ximenes Paiva ³
Manoela Galeno Soares ⁴
Daniele Kelly Lima de Oliveira ⁵

RESUMO

O presente trabalho visa fomentar o debate sobre a história da organização dos trabalhadores e de que forma os movimentos sociais vem se organizando e contribuindo com o processo de formação humana. Temos como objetivo chegar a um panorama histórico do processo de organização dos trabalhadores, desde a Revolução Industrial e como este vem se articulando às lutas mais complexas da sociedade, sem deixar de tratar sobre as péssimas condições de trabalho que historicamente cercam a classe trabalhadora. A pesquisa caracteriza-se por ser de cunho bibliográfica e temos como base teórica para nossas análises os pressupostos do materialismo histórico dialético. A pesquisa caracteriza-se de suma importância para chamar a atenção dos trabalhadores, principalmente na atual conjuntura que estamos vivendo, na qual direitos são retirados, altas taxas de desemprego, e várias reformas vem sendo aprovadas a toque de caixa, ou “passando a boia”. A classe trabalhadora precisa ter acesso à história da organização dos trabalhadores para que compreenda e tenham consciência da realidade para que então conscientes consigam unir forças para a superação do capitalismo.

Palavras-chave: Organização dos trabalhadores, precarização, consciência, marxismo.

¹Mestrando em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE). Bolsita CAPES. Pós-Graduando em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade de Quixeramobim (UNIQ). Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), membro do Grupo de Estudos Lutas Universitárias, Trabalho e Educação (GELUTE). Pesquisador do Grupo de Pesquisas e estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR)CNPQ. E-mail: elio2015@hotmail.com;

² Mestrando do Curso Interdisciplina em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, Pesquisador do Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR/UVA) e do Grupo Interdisciplinar Marxista (GIM/UNILAB) rafabarros.letas@gmail.com

³ Pós-Graduanda em Gestão, Supervisão e Coordenação Escolar pela Faculdade das Américas – FADAM. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Membro do grupo de estudo Gramsci e a formação do educador/UVA. Pesquisadora do Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR). E-mail: ianajessica42@gmail.com

⁴ Pós-Graduanda em Gestão, Supervisão e Coordenação Escolar pelo Instituto Lato Sensu. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Membro do grupo de estudo Gramsci e a formação do educador/UVA. Pesquisadora do Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR). E-mail: manoela.galeno@gmail.com

⁵ Professora adjunta da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (PPGEB/UFC). Coordenadora do Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR/UVA). E-mail: daniel28@yahoo.com, brdanikel28@yahoo.com.br



INTRODUÇÃO

Neste artigo trataremos da história da organização dos trabalhadores, situando a forma pela qual os movimentos sociais vem se organizando com vistas a contribuir com o processo de formação humana, e respectivamente a formação da consciência de classe dos que ocupam um lugar de explorados na sociedade vigente.

Esse caminho é trilhado tendo como objetivo chegar a um panorama histórico do processo de organização dos trabalhadores, desde a Revolução Industrial e como este vem se articulando às lutas mais complexas da sociedade. Com isso, objetivamos mostrar os fundamentos históricos das lutas sociais que serviram de base, e impulsionaram outros movimentos.

METODOLOGIA

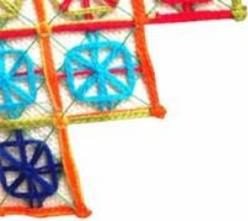
A metodologia aplicada a esse trabalho foi a pesquisa bibliográfica e os debates realizados junto aos grupos de estudos Gramsci e a formação do educador, Grupo de Estudos Lutas Universitárias, Trabalho e Educação (GELUTE), e os estudos realizado no Grupo de Pesquisas Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR) CNPQ, vinculados ao curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

Temos como base teórica para nossas análises os pressupostos materialismo histórico dialético, portanto uma concepção dialética da história.

[...] o dialético, dá a impressão da historicidade do fenômeno, o que não se observa nos outros enunciados; suas relações a nível mais amplo situam o problema dentro de um contexto complexo ao mesmo tempo que, dinamicamente e de forma específica, estabelece contradições, possíveis de existir entre os fenômenos que caracterizam particularmente o tópico. (TRIVIÑOS, 1987, pp. 97-98)

Para esse estudo nos apoiamos nos pressupostos de Marx (2008), Marx e Engels (2010) bem como nos intérpretes, Montañó e Duriguetto (2011) para dar suporte às nossas formulações sobre a história da organização dos trabalhadores e da análise acerca da categoria consciência de classe.

REFERENCIAL TEÓRICO



Iniciamos nossa investigação apoiados na obra de Marx e Engels, Manifesto do Partido Comunista, no qual os autores iniciam suas análises afirmando que “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (p. 40), o que acontece por meio de uma estruturação assumida por seus integrantes ao longo da história das sociedades, papéis esses que são antagônicos; tais como:

Homens livres e escravos, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora desfaçada; uma guerra que sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito. (MARX; ENGELS, 2015, p. 40)

Ao refletirmos sobre as formulações dos autores, pode-se perceber como o sistema burguês submete todos os membros da sociedade a uma lógica perversa de opressão, não deixando de fora nem mesmo aquelas profissões que são consideradas nobres, como afirmam Marx e Engels (2015) “A burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas como dignas e encaradas com piedoso respeito, Fez do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio seus servidores assalariados.” (p. 42).

Em meados do século XVIII, com o início da Revolução Industrial, na Europa, foram desenvolvidos novas formas de produção e de organização do trabalho, que marcavam a passagem da manufatura para a indústria. Os trabalhadores começaram a ser alocados em um mesmo espaço produtivo e receberam o nome de operários, posto que operavam as máquinas.

Nesse contexto, Montañó e Duriguetto (2011) informam que os operários trabalhavam em média cerca de aproximadamente 16 horas, ou mais, e até crianças de 5 anos já se encontravam nas indústrias, todos em situações insalubres. Diante das condições desumanas de vida e trabalho, a taxa de sobrevivência era em média de 21 anos para a classe trabalhadora, já para a classe dominante chegava a três vezes mais que isso.

Ao longo dos anos, a alta exploração da mão de obra e o desemprego elevado fazem imergir a organização dos trabalhadores, uma vez que, as precárias condições de vida tornaram-se cada vez mais miseráveis. Vejamos o que Marx (2008) assinala sobre a forma de regulação da produção e a relação com os trabalhadores:



A procura por homens regula necessariamente a produção de homens assim como qualquer outra mercadoria. Se a oferta é muito maior que a procura, então uma parte dos trabalhadores cai na situação de miséria ou na morte pela fome. A existência do trabalhador é, portanto à condição de existência de qualquer mercadoria. (p. 24)

Com efeito, a classe trabalhadora tornou-se mercadoria, e só tem valor enquanto puder render alguma forma de lucro para os detentores dos meios de produção, fortalecendo o antagonismo entre capital e trabalho, que está na raiz desse sistema que promove todo o tipo de desigualdades de toda ordem. Nesse sentido, o capitalismo se amplia engolfando toda a inteireza humana, da esfera objetiva a subjetividade.

Como contraponto, uma das primeiras expressões desse movimento organizativo foi o Ludismo, que ficou conhecido como a quebra das máquinas, engendrado, em virtude da intensificação e do desenvolvimento das forças produtivas. “[...] Tal situação desencadeou inicialmente ações violentas dos operários voltadas para a destruição das máquinas,” (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 228). Registra-se, no entanto, que as máquinas não eram o verdadeiro inimigo de classe, esse fato consistia em um equívoco, mas os trabalhadores não tinham consciência deste fato.

Nesse contexto, destacamos também as *trade-unions*, associações sindicais que negociavam os salários e as horas de trabalho dos trabalhadores industriais da Inglaterra, cujo papel principal era minimizar a concorrência e a luta isolada dos operários. As *trade-unions* sempre deflagravam greves quando os capitalistas rejeitavam suas reivindicações econômicas, ajudando os trabalhadores em greve através de “Caixas de Resistências”, como também os desempregados.

Prosseguindo, trazemos o movimento cartista, que para Montañó e Duriguetto (2011), foi o primeiro movimento propriamente político dos trabalhadores, isso porque suas pautas de luta eram a redução da jornada trabalhista, assim como a redução da jornada salarial, o direito ao voto e uma carta constitucional que lhes garantissem direitos trabalhistas. Uma das conquistas foi à publicação das propostas entrarem na “Carta do Povo”.

O processo de produção capitalista, em sua marcha histórica foi desenvolvendo-se para outros países como França, Alemanha e Estados Unidos, o que também acabou impulsionando a expansão dos movimentos sindicais e as ações



grevistas. Tais movimentos foram conseguindo alguns avanços como “a progressiva conquista das leis trabalhistas (legalização da jornada de oito horas, fixação de níveis salariais, descanso semanal remunerado, proteção contra acidentes), legislação sobre saúde, previdência etc.” (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 229).

Com essas conquistas, outros movimentos sociais imergiram. Em 18 de março de 1871, surgiu a Comuna de Paris, comandada pelos operários franceses que tinha como horizonte de luta, a expulsão da burguesia e a constituição do exército pelos trabalhadores. A comuna foi considerada assustadora perante a classe dominante da época, pelo fato de quebrar o vínculo espiritual, o poder dos padres e religiosos; decretando assim, a separação entre Igreja e Estado. (Marx *apud* MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 229).

Já a Primeira Internacional - Associação Internacional dos trabalhadores (1876) era uma forma de organização política dos trabalhadores, a qual tinha como objetivo maior, juntar os partidos nacionalistas da época, liderada por Marx e Engels. Vale registrar que aconteciam fortes embates no “[...] interior do movimento operário e poucas vezes isso ocorria “unificando as correntes anarquistas de Bakunin o proudhonismo e o blanquismo com a perspectiva comunista de Marx e Engels”. Nesses debates estavam em jogo questões como estratégias sobre o processo de transição para o socialismo e a socialização ou não propriedade privada dos meios de produção (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 231).

A Segunda internacional (1889 -1944) organizada por Engels, após a morte de Marx em 1883, era composta por partidos e sindicatos dos trabalhadores de todos os continentes, tendo como intuito reafirmar os princípios da AIT, tais como a emancipação do trabalho e da humanidade. Com efeito, configurou uma luta internacional do proletariado organizado em partido de classe e resultando nas “[...] eleições em 21 países, tinha conquistado mais de 6,6 milhões de votos e 261 cadeiras parlamentares”.

Em 1914, “contava com quatro milhões de membros e com doze milhões de votos nas eleições parlamentares”. (BOTTOMORE *apud* MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 232). Apesar do crescimento candente, a II Internacional chegou ao fim em 1914, como organismo revolucionário do proletariado, com o apoio dos partidos socialistas, principalmente o alemão e o francês.



A Terceira Internacional – Internacional Comunista – (IC, 1919–1943) foi fundada inicialmente por bolcheviques, após a Revolução de 1917. Com a criação dessa nova Internacional, os comunistas de todo o mundo passaram a organizar-se de forma programática, tendo como horizonte, a revolução socialista. Suas formas de atuação eram em diversos campos, tais como sindical, participações comunistas nas eleições, principalmente no interior dos sindicatos reformistas ou reacionários. Após a morte de Lenin, em 1924, Stalin ascendeu ao poder e as lutas internacionais foram se consolidando como oposição liderada por Trotski à política stalinista.

É oportuno ressaltar que Trotski criou a Quarta Internacional, sendo fundada em 1938, no entanto, com “sua morte durante o exílio no México esta Internacional sofreu divisões internas, mas permanece até hoje articulada”. (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p.233).

Reconhecemos que os operários mesmo sem entender a totalidade que os cerca, sentem na pele a exploração, o que faz com que não deixem de se indignar. Observa-se que os operários trabalham muito e recebem muito aquém do necessário a reposição de sua energia vital. Compreende-se que para mudar isso é preciso que haja a conscientização de todos os trabalhadores, dessa forma o proletariado se organiza, esse é justamente o processo pelo qual o proletariado passa de classe em si ao estado de classe para si, ou seja, deixa de ser apenas uma classe que ocupa um lugar no processo produtivo para ser uma classe que tem consciência de seu lugar e papel nesta sociabilidade:

O proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento. Sua luta contra a burguesia começa a sua existência. No começo, empenham-se na luta operários isolados, mais tarde, operários de uma mesma fábrica, finalmente operários de um mesmo ramo de indústria, de uma mesma localidade, contra o burguês que os explora diretamente. (MARX; ENGELS, 2010, p. 47)

Podemos perceber a partir da citação de Marx e Engels no Manifesto do partido comunista (2010) que a classe trabalhadora passar por uma constante luta contra a burguesia, que tem início desde a sua existência, e que com o passar do tempo com a exploração de suas forças de trabalho, a necessidade de organização se torna necessária entre a classe trabalhadora para que lutem por melhores condições de trabalho.



Os movimentos sociais clássicos: o movimento sindical no Brasil

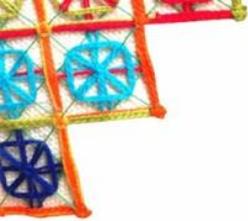
Durante a segunda metade do século XIX, no Brasil já existiam trabalhadores assalariados, com isso, várias formas de organizações coletivas dos trabalhadores também foram surgindo. Durante a República Velha (1889-1930) a organização tanto dos operários como também da própria classe trabalhadora no Brasil foi se constituindo.

“Em 1900, a classe operária contava com aproximadamente, 85 milhões, no final da República Velha chega a 275 mil”. (GIONNATTI, 2007, p. 61). Mesmo assim ainda eram poucos os trabalhadores industriais “A produção industrial correspondia cerca de 5% de população empregada no país em 1872, chegando a 13,8% em 1920” (MATOS, 2009, p. 36).

Vale destacar um fato importante: a influência de operários imigrantes para a formação da classe trabalhadora no país, uma vez que estes imigrantes já haviam tido contatos com lutas operárias em seus países. Suas contribuições incentivaram as concepções políticas e ideológicas dos trabalhadores, particularmente, as anarquistas.

Em contra partida os governos oligárquicos percebendo essas influências dos trabalhadores imigrantes, decidiram criar leis para reprimir as atividades político-sindicais. Dessa forma, promoveram a expulsão dos trabalhadores estrangeiros, no caso destes virem a comprometer a segurança nacional. A perseguição sofrida pelas lideranças sindicais e militantes fez com que a organização da classe trabalhadora se desenvolvesse, promovendo centenas de greves no começo do século XX, no ano de 1920.

Tudo isso impulsionado pelas péssimas condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora, a qual enfrentava jornadas de trabalho sem limites, sem descanso semanal remunerado, sem aposentadoria nem férias; além de não receber sequer salário mínimo. Ademais, a miserabilidade nos locais de trabalho e condições de moradia dos bairros operários era o corolário da opressão sofrida pela classe trabalhadora. “Em São Paulo por volta de 1910, a idade média de vida dos trabalhadores chegava a 19 anos, exatamente igual à de cem anos atrás na Inglaterra.” (GIANNOTTI, 2007, p. 53). Isso porque o trabalho se tornou algo estranho para os trabalhadores, fazendo com que não se sentissem realizados



em seu ofício, nem mesmo como seres humanos, o podemos constatar na afirmação de Marx:

(O estranhamento do trabalho em seu objetivo se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que quanto mais o trabalho produz, menos tem para consumir; que quando mais valor cria, mais sem valor e indigno ele se torna; quanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quando mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalhador, mais pobre de espírito o servo da natureza se torna o trabalhador.) (MARX, 2008, p. 82)

A ausência de direitos mínimos nessa época desencadeava reivindicações por parte dos partidos operários criados ao longo da República Velha. A primeira regulamentação de associações operárias ocorreu com o Decreto promulgado em 1907, com ele obteve-se o direito a constituição de associações sindicais para todas as profissões.

No campo eleitoral tínhamos a proibição do voto dos analfabetos, assim como, restrições ao voto das mulheres e aos menores de 21 anos o que limitava a uma parcela mínima da população a possibilidade de manifestar seu voto. Um exemplo de tal limitação foi a eleição direta em 1894, a qual teve como eleitores cerca de aproximadamente 2% do total da população.

No Brasil, umas das primeiras expressões de organização dos trabalhadores foram as associações de socorro e auxílio mútuo, cujos fins eram assistencialistas. Já as ligas ou uniões operárias, com o processo de industrialização, buscavam reunir os operários por ramos de atividades, embora já trouxessem o objetivo de lutar em defesa dos seus interesses. Tais ligas representavam um passo inicial para o surgimento das organizações sindicais.

O surgimento da confederação operária brasileira foi a primeira tentativa de organização de uma central sindical no Brasil. Assim como em outros países as pautas de lutas da época eram as mesmas, a saber: a jornada de trabalho de oito horas, melhorias salariais, férias, seguro contra acidente de trabalho, proibição do trabalho infantil, regularização do trabalho de mulheres e menores de idade e sufrágio universal.

Vale registrar que três correntes políticas tiveram influência nos fins do século XIX, no ano de 1920, do século passado, nas direções das organizações sindicais na Brasil: o anarcossindicalismo, os reformistas e os sindicatos amarelos.



A concepção anarcossindical era considerada até então hegemônica, recusando a existência de um partido político vindo da classe operária, bem como a via eleitoral parlamentar. Esta concepção sindical via os sindicatos como órgãos revolucionários e defendiam as greves como caminho direto para lutar dentro das fábricas, gerando o conflito direto com o patronato. Sua atuação ocorria através de jornais, peças teatrais e palestras para difundir a propaganda anarquista e as mobilizações operárias, produzindo dessa forma uma imprensa operária de forte combatividade.

Os reformistas não viam os sindicatos como órgãos revolucionários e defendiam que a transformação na sociedade capitalista tinha que ser gradativa por meio da conquista de direitos, que seriam adquiridos através da “pressão sobre o Estado” e da luta parlamentar. As correntes dos sindicalistas amarelos defendiam a conciliação entre capital e o trabalho.

Apesar de fortes repressões estatais junto aos sindicatos mais combativos, várias greves aconteceram e em alguns casos se transformavam em revoltas e insurreições, o que ocorreu por volta de 1917 a 1920, tendo como causa a queda dos salários, impulsionados pela crise econômica e do pós I Guerra. Devido a isso, as repressões ficaram mais intensas, muitos sindicatos foram fechados, operários e militantes foram presos e condenados. “Somente em 1919, mais de cem militantes operários e ativistas políticos, de origem estrangeira, foram expulsos do país” e até fuzilados” (GIANNOTTI *apud* MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 233).

O modo de organização do anarcossindicalismo e a influência da Revolução Russa no operariado levaram um grupo de anarcossindicalistas a fundar, em 25 de março de 1922, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). No entanto, como o PCB pretendia articular os sindicatos e propagar o comunismo, além do estudo e divulgação do marxismo e do leninismo e também seguia as diretrizes políticas da III Internacional, este foi tornado ilegal, meses após a sua criação.

Ademais, o PCB tinha como objetivo a formação de quadros para compor o partido, assim como formular uma linha política que compreendesse e orientasse a revolução brasileira. Uma das ações que podemos destacar é a primeira tradução do “Manifesto comunista” no Brasil, e o jornal “A classe operária”.

Na organização sindical, os comunistas defendiam que os sindicatos deveriam fazer suas lutas econômicas em articulação com o partido, o quê para



alguns não era a melhor opção, já que alguns consideravam que os sindicatos deveriam ser independentes do partido para manter sua autonomia.

As ações dos comunistas e dos anarquistas comungavam para os mesmos objetivos, e o Estado aproveitava-se disso para cooptar e se manter vinculado ao operariado e aos sindicatos, dessa forma ampliando a influência dos sindicatos amarelos nos sindicatos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Podemos perceber que ao longo das transformações do trabalho e com o advento da Revolução Industrial a situação de precarização da classe trabalhadora foi posta a condições cada vez mais insalubres e até mesmo desumanas com uma carga horária acima de 16 horas de trabalho, recebendo pouco, sem férias ou qualquer outro direito.

Quando passamos a investigar a respeito da organização dos trabalhadores acabamos por descobrir as primeiras formas de organização de luta contra a opressão e as situações precárias pelas quais os trabalhos eram submetidos. Este período é marcado por conflitos, quebra de máquinas e greves, de ganhos e retrocessos nas lutas dos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber ao longo dessa pesquisa, as péssimas condições de trabalho a que os seres humanos são submetidos, as quais, com o advento do capitalismo ainda se tornam mais intensificadas, com jornadas de trabalho exaustivas, inclusive com a exploração de mulheres e crianças.

Asseveramos a necessidade de organização que existe no seio da classe trabalhadora, bem como de uma continuidade da luta, muitas vezes minada pela falta de informações, a que os trabalhadores não têm acesso. A criminalização dos movimentos sociais, a perseguição a sindicatos ou de qualquer outra forma de organização que vise ir contra a lógica que está posta, tudo isso vemos como um mecanismo de enfraquecimento na organização da luta dos trabalhadores.



Ao tratarmos sobre a crise estrutural no capitalismo podemos perceber que as condições de sobrevivência da humanidade são postas a prova todos os dias e que cada vez mais o sistema capitalista tenta encontrar mecanismos para não precisar da força de trabalho humano. Por outro lado, ele precisa que a classe trabalhadora tenha recursos para consumir as mercadorias que são produzidas para continuar o ciclo da obsolescência planejada

Diante do exposto essa pesquisa é de suma importância para chamar a atenção da necessidade de organização e enfrentamento dos trabalhadores ao que está posto, principalmente na atual conjuntura, na qual; direitos são retirados, altas taxas de desemprego são mantidas, e várias reformas vêm sendo aprovadas, com vistas ao movimento sociometabólico do capital em detrimento as objetivações do homem como ser social. A materialidade nos mostra que a classe trabalhadora precisa ter acesso a história da organização dos trabalhadores para que compreenda e tenha consciência da realidade, enquanto partícipe do gênero humano.

REFERÊNCIAS

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

MAIA FILHO, Osterne Nonato; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes; RABELO, Josefa Jackline. **O problema do mundo do trabalho no atual contexto da crise estrutural do capital**. Cadernos de Pesquisa, v. 23, n. 1, p. 28-41, 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Boitempo Editorial, 2010.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2008.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Poular, 2009.

MÉSZÁROS, István; CASTANHEIRA, Paulo Cezar. **O século XXI: socialismo ou barbárie?**. Boitempo Editorial, 2003.

MONTANO, Carlos, DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimentos sociais**. 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. O positivismo; a fenomenologia; o marxismo**. São Paulo: Atlas, 1987.